

CONVITE

1. Identificação do Procedimento

Ajuste Direto no âmbito do disposto na subalínea ii) da alínea e) do nº1, conjugado com o nº4 do art. 24º do CCP, aprovado pelo DL nº 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua redação atual.

2. Objeto do Procedimento

O presente procedimento destina-se a “**Serviços de suporte, manutenção corretiva e evolutiva e assistência ao *software* ERP Airc 2022**”.

3. Identificação da Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Montemor-o-Velho, com sede na Praça da República 3140-258 Montemor-o-Velho.

4. Designação do órgão competente para a Decisão de contratar

O órgão competente para a decisão de contratar é o Exmo. Sr. Presidente da Câmara, ao abrigo do artigo 36.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

5. Fundamentação para escolha do procedimento

A adoção do procedimento de Ajuste Direto foi feita tendo por base critérios materiais, nos termos do estabelecido na subalínea ii) da alínea e) do nº1, conjugado com o nº4 do art. 24º do CCP, aprovado pelo DL nº 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua redação atual.

6. Dispensa do júri

Dispensado nos termos do n.º 1 do artigo 67º do CCP, sendo as suas funções exercidas pela Unidade de Comunicação e Imagem, Protocolo, Modernização Administrativa e Informática.

7. Esclarecimentos das Peças do Procedimento

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência dos serviços competentes.

8. Preço Base

1. Os preços de referência por tipologia de serviço, que não incluem o imposto sobre o valor acrescentado, são os seguintes:

Designação	Descrição	Quant.	Preços por tipologia de serviço
AIRCSig - Conector de Localização - SNP	Integração entre serviços de sistema de informação geográfica e o sistema de gestão de património	1	145,00 €
AIRCSig - Conector de Localização - SPO	Integração entre serviços de sistema de informação geográfica e o sistema de processos de obras	1	192,00 €
Conector de Urbanismo	Integração com gestão de processos de obras, gestão documental e mynet	1	1 112,00 €
GES-Gestão de Stocks	Gestão e controlo de stocks, armazéns, inventários, preços.	1	742,00 €
Manutenção Licenciamento Base de Dados AIRC	Licenciamento e manutenção do motor de base de dados informix	1	3 981,00 €
MyDoc BPM + Mobile (P)	Plataforma de gestão de workflows e versão mobile da gestão documental	1	2 770,00 €
Mynet BU / Atendimento	Gestão de formulários dinâmicos e wizards no mynet	1	2 469,00 €
Mynet SOL (P)	Plataforma de serviços online do ERP AIRC	1	2 489,00 €
OAD-Obras por Administração Direta	Gestão e controlo dos custos com materiais, mão-de-obra, máquinas e outros custos.	1	307,00 €
SAD-Sistema de Avaliação de Desempenho	Gestão do processo de avaliação de desempenho e apuramento de resultados em conformidade com as determinações legais	1	387,00 €
SBA-Sistema de Beneficiários da ADSE	Gestão, controlo e processamento das comparticipações das despesas médicas provenientes dos Regimes Livre	1	355,00 €
SCE-Sistema de Controlo de Empreitadas	Gestão de empreitadas das obras Municipais	1	435,00 €
SEF-Sistema de Execuções Fiscais	Gestão e acompanhamento de todos os processos de execuções fiscais municipais	1	306,00 €
SGA-Sistema de Gestão de Água	Gestão do sistema de águas	1	1 334,00 €
SGF-Sistema de Gestão de Faturação	Gestão de faturação	1	610,00 €

SGP-Gestão de Pessoal	Gestão de recursos humanos	1	756,00 €
SNC-Sistema de Normalização Contabilista	Gestão financeira e controlo total das necessidades contabilísticas nas vertentes geral, patrimonial, orçamental e de custos	1	1 091,00 €
SNP-Sistema de Normalização de Património	Gestão do património, controlo do inventário, cálculo de amortizações, depreciações e reavaliações	1	883,00 €
SNT-Sistema de Normalização de Tesouraria	Gestão de contas correntes, pagamentos, recebimentos e operações relacionadas com caixa e bancos	1	482,00 €
SPO-Sistema de Processos de Obras	Gestão de processos de obras urbanísticos	1	958,00 €
TAX-Gestão de Cemitérios-NV	Gestão de cemitérios	1	371,00 €
TAX-Gestão de Mercados	Gestão de mercados	1	335,00 €
TAX-Gestão de Publicidade	Gestão de publicidade	1	402,00 €
TAX-Guias de Receita Gerais	Gestão e cobrança de receita	1	223,00 €

2. O preço base total, para a vigência prevista no caderno de encargos, não pode ser superior a **23.135,00 €**, valor sem IVA.

9. Local de realização do serviço

A prestação do serviço a contratar, bem como a instalação dos respetivos equipamentos, será efetuada nos edifícios municipais de Montemor-o-Velho, em conformidade com as especificações técnicas do caderno de encargos.

10. Prazo de execução / fornecimento

1. A presente aquisição terá início após a outorga do contrato, perdurando até 31 de Dezembro de 2022, sem possibilidade de renovação

11. Documentos que constituem a Proposta

1. Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta será constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente com aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP;
 - b) Preço unitário e global total, o qual não deve incluir IVA, devendo a proposta mencionar que aos preços indicados acresce esse imposto, mencionando-se o respetivo montante e a taxa legal aplicável, sendo que, no caso da falta desta menção, se entende que os preços apresentados não incluem o IVA.
3. Condições de pagamento;
4. Outros documentos considerados relevantes.

12. Idioma dos documentos que constituem a Proposta

Os documentos que constituem a proposta serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

13. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

14. Prazo e modo para apresentação das propostas

1. A proposta deverá ser apresentada até às 23h59 do 2.º dia a contar da data de envio do presente convite.
2. A apresentação da proposta e dos documentos que a instruem deverá ser realizada de forma eletrónica, através da plataforma eletrónica de compras públicas: <https://www.acingov.pt>
3. Todas as comunicações e notificações entre a entidade adjudicante e o interessado, na fase da formação do contrato, serão efetuadas, preferencialmente através da plataforma eletrónica e através de correio eletrónico, nos termos do disposto nos artigos 467.º a 469.º do CCP.

4. Sem prejuízo do referido no número anterior o processo do concurso encontra-se patente no Departamento de Administração Geral e Finanças, do Município de Montemor-o-Velho, sito no Ed. Paços do Concelho, Praça da República, 3140-258 Montemor-o-Velho, telefone 239687300 onde pode ser consultado, no horário normal de funcionamento entre as 09:00 e 12:30 e das 14:00 às 17:30 horas.

15. Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação:
 - 15.1.1. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
 - 15.1.2. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º.
2. No caso de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, o adjudicatário deverá proceder à supressão dessas irregularidades, no prazo de 2 (dois) dias úteis.
3. Os documentos de habilitação serão apresentados pelo adjudicatário diretamente na plataforma eletrónica de contratação publica no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>.

16. Critério de adjudicação

Não aplicável.

17. Contrato

O presente procedimento dará origem à celebração de contrato escrito com fundamento na alínea a) do número 1 do artigo 94º do CCP.

18. Negociação

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

19.Caução

Não será exigida a prestação de caução, podendo, contudo, a entidade adjudicante proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar (n.º 3 do artigo 88º do CCP).

20.Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Montemor-o-Velho, Abril de 2022

O Presidente da Câmara Municipal,
Emílio Augusto Ferreira Torrão, Dr.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º